

ÍNDICE

<i>Prefácio</i>	XVII
Capítulo I — PERFIL JURÍDICO DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL.....	I
1. Natureza da Lei de Introdução.....	3
2. Conteúdo e funções da Lei de Introdução	5
3. Lei de Introdução e a questão da aplicação das normas jurídicas	6
4. Lei de Introdução e a vigência espaço-temporal da norma	13
5. Normas de direito internacional privado contidas na Lei de Introdução.....	18
Capítulo II — ANÁLISE TEÓRICO-CIENTÍFICA DA LEI DE INTRODUÇÃO	41
DECRETO-LEI N. 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942.....	43
<i>Art. 1^o</i>	
1. Lei como fonte jurídica formal	44
2. Lei como resultado da atividade legislativa.....	45
3. Processo legislativo como fonte legal	46
4. Executoriedade e obrigatoriedade da lei	48
5. Aspectos essenciais da validade e delimitação conceitual de vigência, eficácia e fundamento	50
6. Princípio da vigência sincrônica e <i>vacatio legis</i>	55
7. Cômputo do prazo de <i>vacatio legis</i>	57
8. Prazo para entrada em vigor da lei brasileira no estrangeiro.....	57
9. Obrigatoriedade da lei revogada durante a <i>vacatio legis</i>	59
10. Sujeição à lei nova antes de finda a <i>vacatio legis</i>	60
11. Questão da aplicabilidade do prazo da <i>vacatio legis</i> a decretos, regulamentos e outras normas obrigatórias.....	60

12. Lei n. 2.145/53 e o art. 1º, § 1º, da Lei de Introdução ao Código Civil ..	62
13. “Errata”	62
14. Vigência do ato administrativo e de lei tributária	65
15. Inaplicabilidade do art. 1º, § 2º	65
16. Objeto do dispositivo legal <i>sub examine</i>	65

Art. 2º

1. Hipóteses de cessação da vigência normativa.....	67
2. Caducidade, desuso e costume negativo	68
3. Revogação	69
4. Possibilidade da existência de antinomias aparentes e reais.....	74
5. Critério hierárquico.....	75
6. Critério cronológico.....	77
7. Critério da especialidade.....	78
8. Antinomias de segundo grau e metacritérios para sua solução.....	82
9. Critérios para a resolução dos conflitos entre normas de direito inter- nacional público	85
10. Princípios solucionadores dos conflitos entre norma de direito inter- nacional público e norma de direito interno	86
11. Repristinação	87

Art. 3º

1. Obrigatoriedade da norma	88
2. <i>Exceptio ignorantiae juris</i>	90
3. Possibilidade de escusabilidade do <i>error juris</i>	93

Art. 4º

1. Integração e o problema das lacunas no direito	97
2. Localização sistemática do problema das lacunas jurídicas	97
3. Questão da existência das lacunas	98
A) Considerações gerais	98
B) Lacuna como problema inerente ao sistema jurídico	99
C) Lacuna como problema de jurisdição.....	105
D) Aporia das lacunas.....	111
4. Constatação e preenchimento das lacunas	114
A) Identificação da lacuna	114
B) Meios supletivos das lacunas.....	115
b.1) Analogia	115
b.2) Costume.....	124
b.3) Princípios gerais de direito.....	129
b.4) Equidade.....	137

Art. 5º

1. Utilidade prática do art. 5º	143
2. Conceito, funções e caráter necessário da interpretação.....	149
3. Questão da vontade da lei ou do legislador como critério hermenêutico.....	155
4. Técnicas interpretativas.....	160
5. Técnica interpretativa teleológica e integração da lacuna ontológica e axiológica.....	167
6. Fim social.....	170
7. Bem comum.....	172
8. Efeitos do ato interpretativo.....	176
9. Papel da ideologia na aplicação jurídica.....	179
10. Discricionariedade judicial.....	181

Art. 6º

1. Relação entre irretroatividade das leis, eficácia e teoria dogmática da incidência normativa.....	184
2. Ato jurídico perfeito.....	190
3. Direito adquirido.....	193
4. Coisa julgada.....	199
5. Critérios para a aplicabilidade dos princípios da retroatividade e da irretroatividade.....	206

Art. 7º

1. Doutrina da extraterritorialidade e estatuto pessoal.....	212
2. <i>Lex domicilii</i>	213
3. Estado civil e lei domiciliar.....	225
4. <i>Lex loci celebrationis</i> e casamento.....	251
5. Casamento de estrangeiros perante autoridade diplomática ou consular.....	254
6. Invalidez de casamento de pessoas com domicílio comum ou com domicílios diferentes.....	256
7. Declaração da putatividade do casamento nulo ou anulável.....	258
8. Casamento de funcionário diplomático ou consular.....	260
9. Lei disciplinadora das relações patrimoniais entre cônjuges.....	260
10. Regime matrimonial de bens de brasileiro naturalizado.....	262
11. Divórcio realizado no estrangeiro e seu reconhecimento no Brasil..	265
12. Domicílio internacional legal dos incapazes e exceção à unidade do domicílio conjugal.....	267
13. Adômide e concurso sucessivo de elementos de conexão.....	269
14. Alguns subsídios jurisprudenciais relativos ao art. 7º da Lei de Introdução.....	285

A) <i>Lex loci celebrationis</i> e prova do casamento.....	285
B) Casamento de brasileira com estrangeiro.....	285
C) Casamento religioso de pessoas estrangeiras e seus efeitos.....	285
D) Casamento consular.....	286
E) Casamento de diplomata.....	286
F) Regime matrimonial de bens.....	287
G) Naturalização e pacto antenupcial.....	288
H) Invalidade de casamento.....	288
I) Casamento putativo.....	289
J) Divórcio no exterior.....	289
K) Homologação de sentença estrangeira.....	290
L) Domicílio de origem.....	292
M) Lei domiciliar na Lei de Introdução.....	292

Art. 8º

1. Qualificação de bens e doutrina da territorialidade e da extraterritorialidade.....	292
2. Conflito interespacial alusivo aos direitos reais: <i>lex rei sitae</i> e <i>ius in re</i>	293
3. Extraterritorialidade e regime de bens móveis sem localização permanente.....	296
4. Penhor e <i>ius domicilii</i>	297

Art. 9º

1. <i>Locus regit actum</i> e <i>ius ad rem</i>	298
2. Exceções à aplicação da <i>lex loci celebrationis</i>	305
3. Exequiabilidade da obrigação no território brasileiro e <i>lex loci executionis</i>	308
4. Obrigação contratual <i>inter absentes</i> e residência do proponente.....	309
5. Dados jurisprudenciais.....	311
A) Contrato de trabalho em repartições diplomáticas.....	311
B) Competência da lei do pavilhão no contrato de trabalho marítimo.....	311
C) Prestação de serviço estrangeiro no Brasil.....	312
D) Transferência de empregado para o Brasil.....	312
E) Rescisão de contrato no exterior.....	312
F) Competência para julgar ações trabalhistas contra empresa estrangeira em liquidação.....	312

Art. 10

1. Teoria da unidade sucessória.....	313
2. Lei do domicílio do <i>de cuius</i> na sucessão <i>causa mortis</i>	315
3. Comoriência.....	318

4. Morte presumida e sucessão	319
5. Lei disciplinadora da capacidade para suceder do herdeiro e do legatário.....	320
6. Execução de testamento feito no exterior	324
7. Variação da ordem de vocação hereditária em benefício de cônjuge ou filhos brasileiros.....	331
8. Adendo jurisprudencial.....	335
A) Lei aplicável à sucessão.....	335
B) Juízo competente para processar inventário de estrangeiro.....	335
C) Inventariança.....	336
D) Forma de testamento.....	336
E) Invalidade de testamento	336
F) Execução de testamento no Brasil.....	337
G) Herança jacente e ascendente no exterior.....	337
H) Sucessão aberta no estrangeiro.....	337
I) Capacidade para suceder	337

Art. 11

1. Lei do lugar da constituição da sociedade ou fundação.....	339
2. Condição para abertura de filiais, agências ou estabelecimentos de pessoa jurídica estrangeira no Brasil	347
3. Restrições à aquisição, ao gozo e exercício de direito real no território nacional pelas pessoas jurídicas de direito público	350
4. Exceção à incapacidade aquisitiva de imóveis por governos estrangeiros.....	351
5. Jurisprudência	352

Art. 12

1. Critério de determinação da competência internacional e a questão do conflito de jurisdição.....	353
2. Territorialidade das leis de organização e competência dos tribunais ...	360
3. Direito do estrangeiro ao acesso aos tribunais brasileiros e a <i>cautio judicatum solvi</i>	361
4. Competência estrangeira eventual e <i>forum prorogatae jurisdictionis</i> . ..	362
5. Competência geral brasileira necessária e <i>forum rei sitae</i>	364
6. <i>Exequatur</i> de <i>litterae requisitoriales</i> e cumprimento de diligências deprecadas por autoridade competente	365
7. Subsídios jurisprudenciais	368
A) Competência recursal do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça	368
B) Competência internacional da autoridade judiciária brasileira ..	370
C) Incompetência da justiça brasileira	370
D) Competência de justiça de país estrangeiro.....	371

E) Incompetência da justiça estrangeira.....	371
F) Carta rogatória.....	372
G) Revogação de <i>exequatur</i> de carta rogatória.....	372

Art. 13

1. Princípio da territorialidade e prova dos fatos ocorridos no exterior ..	372
2. <i>Onus probandi</i> , meios de prova e modos de produção da prova	373
3. <i>Lex loci e lex fori</i>	374
4. Apreciação das provas e inadmissibilidade de prova desconhecida pelo direito pátrio.....	375

Art. 14

1. Princípio <i>iura novit curia e ius communis</i>	376
2. Meios de prova do direito estrangeiro aplicável	378
3. Teoria da remissão receptícia e teoria das normas sobre produção jurídica	380
4. Soluções doutrinárias ante a impossibilidade de se conhecer o direito alienígena.....	381

Art. 15

1. Eficácia da decisão judicial limitada à jurisdição de sua prolação ..	383
2. Diferentes critérios sobre o problema da eficácia jurídica e da força executiva de sentença estrangeira	385
3. <i>Actio iudicati e exequatur</i>	387
4. Requisitos para execução de sentença estrangeira no Brasil	388
5. Juízo de delibação.....	399
6. Questão da dispensa da homologação de sentença estrangeira meramente declaratória de estado de pessoa	402
7. Desnecessidade do juízo de delibação para o cumprimento de carta rogatória estrangeira e de título executivo extrajudicial	406
8. Jurisprudência	408
A) Indeferimento e deferimento de homologação de sentença arbitral ..	408
B) Recusa de homologação de sentença estrangeira: falta de prova do trânsito em julgado, citação irregular e incompetência do juiz.....	410
C) Finalidade da homologação.....	411
D) Homologação de sentença para execução de testamento	412
E) Homologação de sentença que decreta falência	413
F) Sentença declaratória de estado.....	413
G) Sentença estrangeira proferida em ação contenciosa de pesquisa de paternidade	414

H) Homologação e a questão de invalidade de casamento.....	414
I) Separação judicial e sua homologação.....	414
J) Homologação de sentença de divórcio.....	416
K) <i>Exequatur</i> de carta rogatória.....	417

Art. 16

1. Resolução dos conflitos de qualificação de relações jurídicas.....	420
2. Teoria do reenvio (<i>Gesamtverweisung</i>).....	423
3. Teoria da referência do direito material estrangeiro (<i>Sachnormverweisung</i>) e proibição do retorno.....	425
4. Dado jurisprudencial.....	428

Art. 17

1. Limites à extraterritorialidade da lei.....	428
2. Soberania nacional.....	430
3. Ordem pública.....	432
4. Bons costumes.....	437
5. Instituição jurídica desconhecida.....	439
6. Jurisprudência.....	439
A) Efeitos de sentença estrangeira de divórcio anterior à Lei n. 6.515/77, em atenção à ordem pública e aos bons costumes.....	439
B) Fraude à lei ocorrida antes da Lei do Divórcio.....	441
C) Inaplicabilidade de lei estrangeira contrária à nacional.....	442
D) Casamento no exterior e impedimento dirimente absoluto.....	442

Art. 18

1. Competência do cônsul e lei reguladora dos atos por ele praticados..	443
2. Celebração de casamento de brasileiros perante autoridade consular e sua prova.....	445
3. Subsídios jurisprudenciais.....	447
A) Legalização de certidão de nascimento pelo cônsul.....	447
B) Legalização de cambial no consulado.....	447
C) Casamento de brasileiros perante autoridade do registro civil de país estrangeiro.....	447
D) Casamento de estrangeiros no exterior e ulterior naturalização brasileira de ambos.....	448
E) Casamento no exterior entre brasileiro e estrangeira.....	448

Art. 19

1. Validade de casamento consular de brasileiros não domiciliados no Brasil.....	449
--	-----

2. Renovação de pedido para celebração de casamento consular de nacionais domiciliados no exterior	449
Capítulo III — IMPORTÂNCIA DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL	451
<i>Anexos</i>	
1. Projeto de Lei n. 243/2002	457
2. Projeto de Lei n. 269/2004	467
<i>Bibliografia</i>	475